



## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO - SUDEG

## COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - COAFI/URSP

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância diurna desarmada, a serem executados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, em atendimento à demanda da Agência Nacional de Transportes Terrestres - Unidade Regional de São Paulo – URSP/ANTT, na cidade de São Paulo/SP, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Considerando que a execução de serviços de segurança desarmada por meio da contratação de empresa especializada permitirá a esta URSP/ANTT atuar de forma dinâmica e eficiente no controle de acessos de pessoas a esta unidade, na medida em que possibilitará que os seus servidores concentrem os esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, sem exigir a necessidade de ocupação com a realização de tarefas secundárias, ressaltando que os serviços de vigilância desarmada ora dimensionados estão enquadrados como atividade meio, dando suporte à missão institucional do Órgão, e promovendo a racionalização dos recursos disponíveis nas atividades fins desta Regional, e que a contratação será realizada por meio do pagamento mensal relativo a das horas trabalhadas, de forma contínua, com a dedicação exclusiva de mão-de-obra, observadas as especificações, quantidades e o local de prestação dos serviços, conforme disposto na tabela abaixo:

Profissional	Código CATSERV	CBO	Quantidade	Modalidade de Prestação de Serviços	Local de Prestação dos Serviços
Vigilante	23507	5173-30	01	44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira, no horário de 7:30 às 17:30, com intervalo para almoço e descanso de 01h12. * estimativa de até 02h00 extras diárias, ou 44h00/mês, no limite de até 528h00/ano. * excepcionalmente aos Sábados de até 08h00 extras diárias, ou 04h00/mês, no limite de até 48h/ano.	Escritório Sede da URSP: Av. Paulista, nº 37 – Condomínio Edifício Parque Cultural Paulista – conjuntos 82 e 92 - Vila Mariana – São Paulo/SP.

1.3. Em virtude da redução dos postos de trabalho, os serviços de vigilância serão prestados durante o horário regular acrescidos das horas extras trabalhadas, estimando-se a quantidade de até 02h00 extras diárias, ou 44h00/mês no limite de 528h00/ano observando os limites legais estabelecidos na lei trabalhista ou por força de convenção coletiva de trabalho da categoria (CCT).

1.4. Por necessidade eventual e escala definida pela CONTRATANTE, poderão ser demandados os serviços de vigilância desarmada aos sábados (no regime de 08h00 diárias ou até 04h00 mês), que serão compensados através do pagamento de horas extras na nota fiscal, no limite de até 48h00 extras anuais.

1.5. O quantitativo de postos descrito no item 1 deste Termo poderá sofrer acréscimos e supressões, a critério da CONTRATANTE, desde que adequadamente justificada e aprovada pela autoridade competente, observado o valor global da contratação e até o limite estabelecido no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

1.6. Consideram-se insumos básicos os uniformes e materiais necessários à adequada execução dos serviços de segurança desarmada, elencados no item 10 deste Termo de Referência além de quaisquer outros que a empresa julgue necessários para adequada execução do contrato, ou esteja obrigada a fornecer por lei ou convenção coletiva.

1.7. O objeto dessa licitação tem a natureza comum pois o padrão de desempenho e qualidade, especificados nesse Termo de Referência são objetivos e usualmente praticados no mercado, inexistindo especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem a competição entre fornecedores habilitados.

1.8. A presente contratação adotará como regime a execução de empreitada por Preço Unitário, com a realização de pagamentos mensais por aferição dos serviços ora contratados.

1.9. A unidade de medida utilizada para os serviços é a de postos de trabalho, em conformidade com a escala de trabalho especificada nos itens 1.2. e 1.3. deste Termo de Referência.

1.10. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

1.11. Caso a URSP/ANTT necessite da disponibilidade dos serviços em localidade diversa da relacionada no subitem 1.2. deste Termo de Referência, a CONTRATADA será comunicada formalmente para a adequação da prestação dos serviços, observando-se a necessidade de formalização de Termo Aditivo entre as partes e o limite legal estabelecido no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, bem como a Unidade Federativa de execução do objeto que não será diversa das descritas no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar Digital - ETP, apêndice desse Termo de Referência. Destacamos que a presente contratação se justifica uma vez o serviço de vigilância desarmada é de suma importância para a proteção de pessoas e do patrimônio público nas instalações do escritório SEDE da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em São Paulo/SP, uma vez que tratamos de informações sensíveis e sigilosas de cidadãos, empresas, das ações conjuntas com outros órgãos governamentais (inclusive de outras esferas administrativas), que por muitas vezes tornam a contratação desse tipo de serviço como imprescindível para a garantia da integridade física dos servidores e colaboradores alocados em nossas dependências, bem como dos visitantes desta Unidade Regional de São Paulo - URSP, pela necessidade de zelar pelo patrimônio público, não permitindo a depredação, a violação ou apropriação indevida de quaisquer bens, documentos, registros ou recursos técnico administrativos sob a nossa guarda e ou jurisdição.

2.2. Os serviços de vigilância desarmada estão compreendidos entre as atividades que devem ser preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e consoante Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, sendo os referidos enquadrados como de atividade meio, dando suporte à missão institucional do Órgão e à promoção da racionalização dos recursos disponíveis à esta Regional. Adicionalmente, a possibilidade da execução indireta dessas atividades no âmbito da Administração Pública Federal, por meio da prestação de serviços terceirizados, em conformidade aos normativos citados, somado ao fato de que a ANTT não possui em seu quadro de pessoal, os servidores destinados a execução desses serviços, torna-se de fundamental importância a referida contratação, de forma a salvaguardar o patrimônio administrado no âmbito da unidade, bem como garantir a segurança da população residente e transeunte em nossa regional.

2.3. Apesar de se tratarem de atividades acessórias, essas são de extrema relevância para a guarda e proteção dos bens e pessoas nas instalações da Unidade Regional, e cuja interrupção ou descontinuidade acarretariam exposição a danos ao patrimônio da ANTT na regional, sendo que as atividades a serem desempenhadas por meio da execução do Contrato Administrativo que se propõe celebrar são de natureza continuada, acessórias ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da ANTT, e passíveis de execução indireta.

2.4. Importante frisar que o estabelecimento da contratação de 01(um) posto de vigilância desarmada, contempla a redução no quantitativo dos serviços ora contratados de segurança patrimonial desarmada, contemplando a redução de área utilizada para as instalações do escritório SEDE da Unidade Regional de São Paulo, em razão das orientações encaminhadas pela Superintendência de Gestão - SUDEG, quanto a necessidade de adequação das despesas vigentes à disponibilidade do orçamento de custeio da unidade para o próximo exercício, bem como em sintonia com as novas formas de relações trabalhistas no âmbito da administração federal, tais como a prestação de serviços via trabalho remoto, com a organização do revezamento das equipes, na otimização dos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e da área utilizada pela força de trabalho, que subsidiou diretamente na decisão quanto a compactação das atividades presenciais em um único andar corporativo para o escritório SEDE desta Unidade Regional de São Paulo - URSP. A forma de contratação estabelecida por posto visa atender a necessidade de vigilância desarmada em um único andar, uma vez que se optou pela contratação do serviço por meio da empreitada global dos serviços de vigilância, de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra.

2.5. Outro ponto relevante para determinarmos a necessidade de uma nova contratação é a impossibilidade de prorrogação do contrato vigente, sendo este de nº 030/2015, com o fornecedor ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, com a respectiva vigência no período de 10/12/2015 a 10/12/2020, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância desarmada para a URSP, conforme exposto, não apresentando a possibilidade de prorrogação por decurso de prazo contratual, sobretudo, em virtude da limitação estabelecida através do inciso II do art. 57 da Lei Federal 8.666/1993 que versa sobre a vigência máxima dos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60(sessenta) meses, sendo necessária a abertura de nova licitação para a continuidade dos serviços.

2.6. Dessa forma, faz-se necessária a realização de nova licitação para a contratação dos serviços de vigilância desarmada na Unidade Regional de São Paulo - URSP, não sendo necessária a divisão por lotes uma vez que não é possível o parcelamento da contratação supracitada, pois trata-se de uma solução unificada de segurança privada, cujo objeto é indivisível em virtude da natureza do serviço a ser contratado e da sua localização.

**3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Preliminar, apêndice desse Termo de referência, abrange a prestação de serviços de vigilância diurna desarmada, a serem executados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, em atendimento à demanda da Agência Nacional de Transportes Terrestres - Unidade Regional de São Paulo – URSP/ANTT, na cidade de São Paulo/SP, com fornecimento de todos os insumos básicos necessários a prestação dos serviços ora contratados, de acordo com a frequência e forma estabelecidas neste Termo de Referência e no referido Estudo Preliminar.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.1.1. Os serviços de vigilância são serviços comuns por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002 e art. 4º, do Decreto nº 5.450/2005). Ademais, são serviços comumente prestados pelas empresas do ramo (Acórdão TCU nº 1184/2012-Plenário).

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3.1. Os serviços de vigilância serão prestados com disponibilização de mão de obra exclusiva, pois (i) os empregados da CONTRATADA ficarão à disposição nas dependências da Contratante; (ii) a Contratada não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis da contratação para execução simultânea de outros contratos; e (iii) possibilitará a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

4.4. Tratam-se de serviços continuados por satisfazerem necessidade permanente e contínua da Administração por mais de um exercício financeiro, e assegurarem a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas dos órgãos ou entidades. A interrupção da execução contratual compromete a prestação do serviço público com o cumprimento da missão institucional, conforme o art. 15, caput, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

4.5. As condições de habilitação estarão disponíveis no edital desta contratação.

4.6. Não sendo possível a consulta aos sítios eletrônicos para emissão das certidões, a empresa interessada na contratação deverá providenciar as certidões negativas acima relacionadas para fins de habilitação.

4.7. A CONTRATADA deve manter, durante todo o período da contratação, todas as condições de habilitação, as quais serão exigidas também para fins de pagamento.

4.8. Será adotado o critério de menor preço por item, sendo adjudicada à empresa que apresentar a proposta mais vantajosa para a ANTT e possuir todas as condições de habilitação. Havendo empate no valor das propostas, será observado o art. 3º, § 2º da Lei 8.666/93. Persistindo o empate, o critério será por meio de sorteio, em ato público, sendo convocadas as empresas que apresentaram as propostas.

4.9. A ANTT poderá recusar propostas que não estejam de acordo com suas necessidades e efetivar a contratação apenas das propostas que atendam as especificações constantes do edital e seus anexos.

4.10. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.11. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. Os serviços a serem contratados deverão ser prestados por empresa especializada na área de segurança patrimonial e deverão ser prestados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

5.3. Os serviços serão executados pela categoria profissional “vigilante”, CBO nº 5173-30, e de acordo com a frequência estipulada pela Administração, havendo a necessidade de mão de obra com dedicação exclusiva. Serão pagas mensalmente à CONTRATADA os serviços ora prestados, considerando-se os dias trabalhados. Em virtude da redução dos postos de trabalho, os serviços de vigilância serão prestados durante o horário regular acrescidos das horas extras trabalhadas, considerando o regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira, com intervalo para almoço e descanso de 01h12, e estimando-se a quantidade de até 02h00 extras diárias, observando os limites legais estabelecidos na lei trabalhista ou por força de convenção coletiva de trabalho da categoria (CCT). Por necessidade eventual e escala definida pela CONTRATANTE, poderão ser demandados os serviços de vigilância desarmada aos sábados (no regime de 08h00 diárias), que serão compensados através do pagamento de horas extras na nota fiscal, limitado ao pagamento de até 48h00 extras anuais.

5.4. A CONTRATADA ficará responsável pelo fornecimento da mão de obra, a serem preenchidos por profissionais do CBO nº 5173-30, (vigilante), que devem possuir formação e experiência compatível com o previsto para o CBO. A qualificação mínima exigida para o posto de vigilante será a idade mínima de 21 anos, certificado fornecido por estabelecimento regular de ensino, devidamente reconhecido pelo MEC, que comprove instrução correspondente a no mínimo quinto ano do ensino fundamental, experiência mínima de 06(seis) meses em serviços semelhantes, curso de formação de vigilante em estabelecimento autorizado; certidões negativas de antecedentes criminais, e por fim, estar quite com as obrigações eleitorais e militares. Também ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de uniformes, cursos de reciclagem e demais itens necessários à capacitação profissional e execução das tarefas.

5.5. A empresa especializada na prestação de serviços de vigilância deverá também observar os seguintes requisitos:

5.5.1. Para operar, deverá observar o disposto no art. 14 da Lei nº 7.102/1983;

5.5.2. É essencial possuir autorização de funcionamento concedida, nos termos do art. 20 da Lei nº 7.102/1983;

5.5.3. Existência de comunicação à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;

5.5.4. Os diretores e demais empregados da empresa de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 12 da Lei nº 7.102/83); e

5.5.5. São vedadas aos estrangeiros a propriedade e a administração das empresas especializadas em vigilância.

5.6. A contratação está vinculada a observância de critérios de sustentabilidade, em conformidade com as instruções do Caderno Técnico de Logística do MPOG/SLTI, 2014 tais como:

5.6.1. Deverá ser firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA o Acordo de Nível de Serviço (ANS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

5.6.2. A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

5.6.3. É de responsabilidade da CONTRATADA reservar no seu quadro administrativo percentual relativo para mulheres e portadores de deficiência em conformidade com os termos da legislação vigente.

5.6.4. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

5.6.5. É responsabilidade da CONTRATADA a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes.

5.6.6. É dever da CONTRATADA a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

5.6.7. É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

5.6.8. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

5.6.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

5.6.10. A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

5.6.11. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

5.6.12. A CONTRATADA deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

5.6.13. A CONTRATADA deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

- 5.6.14. É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- 5.6.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.
- 5.7. O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:
- 5.7.1. Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
- 5.7.2. Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.
- 5.7.3. Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.
- 5.7.4. Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.
- 5.7.5. Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.
- 5.7.6. Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.
- 5.7.7. Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência.
- 5.7.8. Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços.
- 5.7.9. Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.
- 5.7.10. Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.
- 5.7.11. Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.
- 5.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.9. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA estão previstas neste Termo de Referência nos subitens 11 e 12, respectivamente.
6. **DA VISTORIA**
- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 16h, apenas em dias úteis, devendo o agendamento ser efetuado previamente, pelo telefone (11) 3556-4749, ou pelos e-mails [celio.maciel@antt.gov.br](mailto:celio.maciel@antt.gov.br), com o servidor **Célio Maciel** ou [luiz.frota@antt.gov.br](mailto:luiz.frota@antt.gov.br), com o servidor **Luís Roberto Frota**.
- 6.2. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações da ANTT a fim de verificar, principalmente:
- 6.2.1. As características físicas das instalações e as áreas de maior concentração de pessoas do escritório SEDE da ANTT/URSP;
- 6.2.2. Os insumos básicos necessários para a execução dos serviços;
- 6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação
7. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 7.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita no Termo de Referência, cuja rotina foi extraída do Caderno de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Serviços de Segurança.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo fiscal do contrato.
- 7.2.1. A Ordem de Serviço será emitida em até 10(dez) a partir da assinatura do contrato.
- 7.2.2. O faturamento se dará a partir do início da execução dos serviços, e serão faturadas as horas de trabalho realizadas.
- 7.3. Durante estados de calamidade pública, declarados pela autoridade governamental os serviços poderão ser suspensos, e durante o período de suspensão não haverá faturamento à CONTRATADA por não haver fato gerador.
- 7.4. A emissão das ordens de serviço para início da prestação dos serviços poderão ser suspensas pelo período em que o escritório SEDE permanecerem fechados.
- 7.5. O prazo de vigência contratual será de 12(doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, limitado a sua prorrogação a 60(sessenta) meses, com base no art.57, inciso II da lei 8.666/93.
- 7.5.1. Na possibilidade de suspensão do serviço(vide hipótese do item 7.3), a vigência contratual permanecerá inalterada.
- 7.6. Os serviços serão executados em horário comercial, de segunda a sexta-feira, no horário das 7:30 às 17:30, com intervalo para almoço e descanso de 01h12, excluindo os feriados.
- 7.6.1. Durante o período de almoço e descanso do vigilante não será necessário que a CONTRATADA disponibilize substituto para cumprir período de intrajornada.
- 7.6.2. Havendo necessidade o vigilante poderá ser requerido em trabalho extraordinário limitado a 02h00 diárias, limitado a 44h00 mensais.
- 7.6.3. Excepcionalmente poderá ser requerido os serviços de vigilância aos sábados, no total de 08h00 diárias, limitado a 48h00/ano.
- 7.6.3.1. Para a requisição de trabalhos aos Sábados, a administração notificará a CONTRATADA acerca da necessidade com antecedência mínima de 48(Quarenta e Oito) Horas.
- 7.7. Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, a ANTT/URSP promoverá reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.7.1. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e, preferencialmente, estarão presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação.
8. **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**
- 8.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avançadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 8.2. A fiscalização dos serviços será exercida por um representante legal devidamente designado pela ANTT, denominado fiscal ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para adotar as providências cabíveis, conforme o disposto no Art. 67, da Lei 8.666, de 1993.
- 8.3. O conjunto de atividades de que trata o item 8.1. compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições da Instrução Normativa Nº 5, de maio de 2017.
- 8.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, a serem exercidas por servidores, formando equipe de fiscalização, sendo assegurada a distinção dessas atividades a fim de não comprometer o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 8.5. A CONTRATANTE realizará a gestão da execução do contrato e a fiscalização técnica e administrativa deste, indicando gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo, nos moldes da IN 05/2017 - SEGES/MP.
- 8.6. A CONTRATADA designará preposto, o qual poderá ser recusado ou solicitada a sua substituição pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificado, conforme art. 44 da IN 05/2017 - SEGES-MP.
- 8.6.1. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela CONTRATADA antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.
- 8.6.2. A CONTRATANTE convocará o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.6.3. A CONTRATANTE se reserva a realizar reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

- 8.7. Não há necessidade da CONTRATADA manter preposto no local de prestação de serviço. Porém, o mesmo deve acompanhar, por meio de visitas, a qualidade dos serviços prestados na Sede e averiguar a perfeita observação das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- 8.8. A comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA se dará por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.
- 8.9. Todas as ocorrências serão registradas pelo fiscal do contrato que notificará a CONTRATADA.
- 8.10. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.11. A medição do contrato será realizada mensalmente, pela fiscalização do contrato, utilizando-se o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), cujo modelo está no Anexo II deste Termo de Referência.
- 8.11.1. O limite de aplicação do IMR será de 5% (cinco por cento). Sendo que nos 03 (três) primeiros meses, após a assinatura do contrato, as pontuações obtidas no IMR serão aplicadas da seguinte forma: quando o percentual apurado for menor ou igual a 5% (cinco por cento) este será objeto de advertência; e quando a pontuação obtida exceder a 5% (cinco por cento) esta será objeto de glosa e limitada ao mesmo índice.
- 8.11.2. O instrumento de medição será a Planilha de Controle dos Serviços Executados, cujo modelo está no Anexo II deste termo.
9. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
- 9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 9.1.1. Quantitativo e Localidade da Prestação dos Serviços:

Localidade	Modalidade de Prestação de Serviços	Quantidade
Escritório Sede da URSP: Av. Paulista, nº 37 – Condomínio Edifício - Parque Cultural Paulista – Vila Mariana – São Paulo/SP.	44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira, com intervalo para almoço e descanso de 01h12. * estimativa de até 02h00 extras diárias, ou 44h00/mês, no limite de até 528h00/ano. * excepcionalmente aos Sábados de até 08h00 extras diárias ou 04h00/mês, no limite de até 48h/ano.	01

- 9.1.2. Conforme necessidade e a critério da ANTT, os serviços poderão ser prestados em local diferente do relacionado, em especial por motivo de mudança de endereço, desde que na Região Metropolitana de São Paulo/SP, mantidas as demais condições pré-estabelecidas.
- 9.1.3. A Qualificação mínima para exercer as atividades de vigilante:

a) Ser brasileiro;

b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

c) Certificado, fornecido por estabelecimento regular de ensino, devidamente reconhecido pelo MEC, que comprove instrução correspondente a no mínimo quinto ano do ensino fundamental;

d) Certificado de curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983;

e) Atestado médico de aprovação em exame de saúde física, mental e psicotécnico, que comprove aptidão par ao exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

f) Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal;

g) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

h) Ter polidez no trato com o público e com os colegas de trabalho;
- 9.2. A CONTRATADA deverá efetuar a contratação de forma regular, obedecendo às legislações trabalhistas e previdenciárias vigentes, bem como assegurar aos seus empregados todos os benefícios consagrados em acordos, convenções ou dissídios coletivos da categoria profissional a ser contratada.
- 9.3. Deverão ser considerados, nos valores da proposta, todos os encargos, tributos e demais benefícios, conforme discriminado na Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo III).
- 9.4. No preço cotado, demonstrado sob a forma de Planilha de Custos e Formação de Preços, deverão estar incluídas todas as despesas obrigatórias decorrentes de convenção coletiva de trabalho da categoria, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, tais como trabalho em extraordinário, ou seja, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive o lucro, necessário à perfeita execução do objeto da contratação.
- 9.5. Os valores referentes a todos os benefícios concedidos aos trabalhadores, inclusive de alimentação (vale-refeição, vale-alimentação, cesta básica, entre outros) e/ou outros itens de salário indireto concedidos, deverão ser, no mínimo, iguais aos estabelecidos em acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, devendo constar nas planilhas de custos das propostas.
- 9.6. As licitantes deverão indicar sindicato representativo da categoria profissional que executará os serviços, objeto deste Termo de Referência, informando a respectiva data-base e vigência, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.
- 9.7. Caso o sindicato indicado na apresentação da proposta seja extinto ou, por qualquer motivo, a categoria profissional se vincular a um sindicato diferente, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a Planilha de custos e Formação de Preços atualizada a qual será objeto de análise para apostilamento contratual.
10. **UNIFORMES**
- 10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os uniformes necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, renovando-os sempre que a boa apresentação ou eficiência estiver comprometida.
- 10.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar de imediato, no prazo de 05 (dias) dias úteis, os insumos (em quantidade suficiente) necessários para o início da execução do objeto.
- 10.3. O crachá de identificação deverá conter fotografia recente, nome, função do empregado, bem como o nome e o logotipo da CONTRATADA.
- 10.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar no local um sistema de controle de jornada de trabalho, preferencialmente eletrônico.
- 10.5. A CONTRATADA deverá realizar inspeção mensal dos uniformes para garantir seu estado de utilização e efetuar a troca quando necessário.
- 10.6. Os uniformes deverão ser entregues aos vigilantes mediante recibo, cujas cópias, devidamente acompanhada do original para conferência, deverão ser enviadas ao servidor responsável pela fiscalização do contrato para as conferências dos recibos.
- 10.7. Após a entrega do primeiro uniforme, a licitante vencedora deverá substituí-los por novos, a cada 06(seis) meses, independentemente do estado em que se encontrem, ou a qualquer época, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.
- 10.8. Todos os uniformes fornecidos devem estar em ótimas condições de utilização.
- 10.9. A listagem abaixo não é exaustiva, cabendo ser readequada e redimensionada pela licitante para a boa prestação dos serviços:

DESCRIÇÃO	QTDE
Paletó: <u>cor preto, estilo tradicional;</u>	1
Camisa: <u>cor branca, estilo social; manga longa; confeccionada em tecido 100% algodão, com logotipo de identificação da licitante vencedora;</u>	3
Calça: <u>estilo tradicional, cor da mesma tonalidade e material do paletó;</u>	3
Cinto: <u>modelo social, cor preta; tipo regulável;</u>	1
Gravata: <u>cor azul escuro, lisa;</u>	2
Sapato: <u>cor preto, social fino masculino, com cadarço, material do solado em borracha antiderrapante.</u>	1
Meia: <u>modelo social, cano longo; cor preta, tamanho: de acordo com o do usuário.</u>	3

- 10.10. Os uniformes devem ser confeccionados com tecido e material de qualidade, conter emblema da empresa especializada CONTRATADA e não ter semelhança com os uniformes utilizados pelas Forças Armadas do Brasil, pelos órgãos de segurança pública federais e estaduais e pelas guardas municipais.
- 10.11. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 10.12. Não haverá qualquer repasse do custo dos uniformes para os empregados da CONTRATADA.
- 10.13. Quando houver substituição de funcionário(a), por qualquer motivo, seu substituto deverá trabalhar uniformizado.
11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 11.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 11.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
- 11.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.7.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 11.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 11.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 11.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 11.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 11.10. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 11.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.15. Solicitar a imediata substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que não estiver desempenhando suas atividades a contento, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, cuja presença e/ou conduta seja considerada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória.
- 11.15.1. São exemplos desse tipo de conduta: fumar em locais proibidos por lei, praticar atos de vandalismo, proferir palavras de baixo calão, faltar com profissionalismo, ausentar-se do local de trabalho sem permissão ou prévia comunicação, dentre outros.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. A execução dos serviços de vigilância desarmada na Unidade Regional de São Paulo da ANTT - URSP, observará a dinâmica descrita a seguir:
- 12.2.1. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- 12.2.2. Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da ANTT/URSP só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;
- 12.2.3. Colaborar com a Polícia Civil, Militar e Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da ANTT/URSP, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 12.2.4. Comunicar imediatamente à ANTT/URSP, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança da ANTT/URSP para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 12.2.5. Manter o vigilante no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 12.2.6. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros, bem como verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;
- 12.2.7. Preencher corretamente todos os formulários de controle e livros de ocorrências, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e apresentando-os à fiscalização do contrato competente da ANTT/URSP, para que tome conhecimento das ocorrências havidas;
- 12.2.8. Proibir o ingresso de vendedores e assemelhados às instalações, sem a prévia autorização da ANTT/URSP e que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 12.2.9. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à ANTT/URSP, no caso de desobediência;
- 12.2.10. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, de cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 12.2.11. Executar as rondas diárias conforme a orientação recebida da ANTT/URSP verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- 12.2.12. Prestar atendimento de forma cortês e garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.
- 12.2.13. Verificar diariamente se portas e janelas estão devidamente fechados;
- 12.2.14. Verificar diariamente se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
- 12.2.15. Verificar, por ocasião de cada vistoria regular no imóvel, a existência de objeto(s) abandonado(s) como pacotes, embrulhos etc e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para espécie;
- 12.2.16. Acionar a Companhia de Polícia mais próxima, bem como o Fiscal do Contrato, sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos recintos da CONTRATANTE, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do local, presença de delinquentes e de outros suspeitos.
- 12.2.17. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao Contrato, exceto se tratar do Fiscal do Contrato.
- 12.2.18. Manter atualizada a documentação utilizada no posto.
- 12.2.19. Manter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para os serviços.
- 12.2.20. Levar ao conhecimento do Fiscal do Contrato, bem como ao preposto/supervisor da empresa, imediatamente, qualquer informação considerada importante.
- 12.2.21. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao Fiscal do Contrato, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.
- 12.2.22. Em caso de roubo, furto, incêndio, rompimento de tubulação de água ou falta de energia elétrica e outros sinistros, registrar em livro próprio e comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato, para as providências cabíveis, sem prejuízo de acionar os serviços públicos de emergência.
- 12.2.23. Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.
- 12.2.24. Realizar outras atividades determinadas pela contratante de mesma natureza profissional e grau de complexidade, disciplinadas em normatizações internas, e demais dispositivos legais pertinentes.

- 12.2.25. Registrar em livro, informações de abertura e fechamento de expediente contendo, nome do vigilante, data, hora, relação de materiais e equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA e CONTRATANTE, e demais registros que a administração julgar conveniente.
- 12.2.26. Cumprir todos os requisitos e atribuições do vigilante definidos no Manual do Vigilante, publicado no site a Polícia Federal ([http://www.pf.gov.br/servicos-pf/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/manual-do-vigilante/manual-do-vigilante/manual\\_vigilante.zip/view](http://www.pf.gov.br/servicos-pf/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/manual-do-vigilante/manual-do-vigilante/manual_vigilante.zip/view)), confeccionado com base na Portaria nº 3.233/12-DG/PE.
- 12.2.27. As Diretrizes de Segurança acima descritas não excluem outras atividades que porventura sejam necessárias, respeitadas as atribuições descritas para a função na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 12.3. A execução dos serviços será acompanhada pelo gestor do contrato e pelo fiscal técnico, devidamente designados pela Administração.
- 12.4. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.
- 12.5. O transporte de empregados para o local descrito no subitem 1.2 são responsabilidade da CONTRATADA.
- 12.6. A falta dos uniformes em condições adequadas implicará sanção cabível, prevista neste Termo de Referência.
- 12.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.8. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 12.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.12. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.13. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 12.14. Zelar pelo bom comportamento, fardamento e agilidade no cumprimento dos serviços estabelecidos ao profissional alocado, de responsabilidade da CONTRATADA;
- 12.15. Exercer controle sistemático sobre as folhas de frequência dos empregados, as quais deverão ser submetidas diariamente ao fiscal do contrato, adotando as providências necessárias à imediata substituição dos mesmos, em caso de ausência;
- 12.16. As empresas CONTRATADAS que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
- 12.16.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 12.16.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- 12.16.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 12.16.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 12.16.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 12.17. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 12.18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.19. Substituir, de imediato, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 12.19.1. Os profissionais substitutos devem ter a mesma qualificação exigida no subitem 10.1.3, estando estes condicionados à aprovação da CONTRATANTE.
- 12.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 12.20.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.21. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 12.22. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.22.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (seja por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 12.23. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.23.1. Imediatamente após a substituição, motivada a pedido da CONTRATANTE ou a critério da CONTRATADA, esta deverá apresentar documento assinado por seu representante e pelo empregado por meio do qual declaram o afastamento deste da prestação de serviços à CONTRATANTE.
- 12.23.2. Quando o empregado substituído tiver seu contrato de trabalho rescindido em virtude da sua substituição, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:
- Aviso prévio;
  - Termo de rescisão contratual;
  - Comprovante de pagamento da rescisão contratual;
  - Guia de recolhimento rescisório do FGTS (GRRF), quando for o caso;
  - Extrato analítico e chave de liberação do FGTS, quando for o caso;
  - Cópia da CTPS comprovando o fim do contrato de trabalho;
  - Exame médico demissional.
- 12.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 12.25. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.26. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- 12.26.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 12.26.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 12.26.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 12.27. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.
- 12.27.1. Não há necessidade do preposto designado pela CONTRATADA fazer-se presente no local da prestação de serviço durante todo o expediente. Porém, o mesmo deve acompanhar, por meio de visitas, a qualidade dos serviços prestados na Sede e averiguar a perfeita observação das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- 12.27.2. Não poderá assumir papel de preposto qualquer funcionário que faça parte do quadro de empregados previsto neste instrumento.
- 12.27.3. O trabalho do preposto objetiva a promoção de contatos com a fiscalização durante a execução do contrato e o atendimento aos profissionais em serviço, como entrega de contracheques, vale-transporte, vale-alimentação, fornecimento de materiais e uniformes, emissão de relatório, controle de faltas, de ausências e de outras atividades administrativas de responsabilidade da CONTRATADA.
- 12.28. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.29. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;
- 12.29.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 12.29.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 12.29.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 12.30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.31. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.33. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 12.34. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 12.34.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 12.35. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.36. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.36.1. Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros, quando da execução do contrato.
- 12.36.2. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venha a ser vítima o empregado, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhe assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 12.37. Fornecer, ao fiscal do contrato, relações nominais de licenças, faltas e demais ausências, se houver, bem como escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.
- 12.38. Responsabilizar-se pelo transporte de seus funcionários até as instalações da CONTRATANTE.
- 12.38.1. Em casos de paralisação dos transportes coletivos, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE e vice-versa, por meios próprios.
- 12.39. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 12.40. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.41. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.42. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.43. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.44. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 12.45. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.46. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.47. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 12.48. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.49. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por dolo ou culpa de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo das demais sanções constantes neste instrumento.
- 12.50. Ressarcir eventuais despesas de telefonia que porventura venham a ser apuradas em decorrência de utilização indevida, por seus empregados, de linhas diretas e ou ramais telefônicos da CONTRATANTE.
- 12.51. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.51.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.51.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.52. Nos termos do art. 19 da Lei nº 7.102 de 20 de junho 1983, é assegurado ao vigilante:
- uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
  - prisão especial por ato decorrente do serviço;
  - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.
- 12.53. Contratar profissionais que atendam aos requisitos do art. 16 da Lei nº 7.102/83.

- 12.54. Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por Instituição devidamente habilitada e reconhecida.
- 12.55. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 12.55.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 12.55.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 12.55.3. Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 15.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- I - **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- II - **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento, conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
- III - **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- IV - **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e
- V - **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.
- 15.4. A fiscalização do Contrato, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela licitante vencedora, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à ANTT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- 15.7. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 15.10. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- I - Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- III - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- I - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- II - Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- III - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- I - Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- II - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- III - Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- IV - Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- V - Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- I - Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- II - Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- III - Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- IV - Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- 15.11. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 15.11.1. Para que o prazo descrito no subitem anterior seja observado, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação solicitada no prazo de 02(dois) dias úteis logo após o encerramento do mês de prestação de serviço anterior para a fiscalização.
- 15.12. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 15.13. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 15.10. acima deverão ser apresentados.
- 15.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 15.15. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 15.16. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 15.17. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 15.18. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 15.18.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
  - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
  - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
  - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
  - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
  - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
  - g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
    - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
    - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
    - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
    - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 15.18.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
  - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
  - c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
  - d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.18.3. Fiscalização diária:
- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
  - b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
  - c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 15.19. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- 15.19.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.
- 15.20. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 15.20.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- 15.21. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
  - b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
  - c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
  - d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 15.22. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo II**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.22.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.23. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.24. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.25. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.26. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.27. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.28. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

- 15.29. O representante da CONTRANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.30. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.31. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.32. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.33. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.34. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.35. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 15.35.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 15.35.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 15.35.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 15.36. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 15.37. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.38. A fiscalização da execução dos serviços será realizada com base no Planilha de Controle dos Serviços Executados, onde apontará as falhas durante a execução do serviço, conforme modelo no Anexo II.
- 15.39. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
16. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.2. O recebimento provisório dos serviços será a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato.
- 16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.4.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 16.4.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 16.4.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorrências resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e as obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, conforme rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 16.5.1. No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.5.1.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.5.1.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.5.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere ao subitem 16.5.1.2. não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.6. No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.6.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 16.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 16.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
17. **DO PAGAMENTO**
- 17.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.4.1. O prazo de validade;
- 17.4.2. A data da emissão;
- 17.4.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 17.4.4. O período de prestação dos serviços;

- 17.4.5. O valor a pagar; e
- 17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 17.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 17.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 17.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 17.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão CONTRATANTE esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 17.17. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
- 17.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)	$I = \frac{(6/1000)}{365}$	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 18. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

- 18.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 18.2. A CONTRATADA deve autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 18.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 18.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 18.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 18.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 18.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 18.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 18.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 18.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 18.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 18.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 18.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

18.9. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

18.9.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

18.9.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

18.9.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.10. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### 19. DA REPACTUAÇÃO

19.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

19.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

19.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

19.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

19.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

19.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

19.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

19.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

19.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

19.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

19.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

19.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

19.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

19.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

19.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

19.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

19.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

19.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

19.12.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.12.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.12.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.12.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

19.12.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

19.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

19.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

19.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

19.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

19.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

19.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

19.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

19.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

19.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

19.19. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10(Dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

20.14. A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

20.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

20.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

20.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 21.4.1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.4.2. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.4.3. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.4.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, cadastrado ou não no SICAF, serão:
- 22.3.1. Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 03 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 22.3.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 22.3.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução. Exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN nº 05/2017 - SEGES/MP.
- 22.3.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 - SEGES/MP.
- 22.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 - SEGES/MP.
- 22.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 - SEGES/MP.
- 22.3.2. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c.2. do item 10.6 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 - SEGES/MP.
- 22.3.2.1. Entende-se por serviços compatíveis a prestação de serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial com o equivalente a 01 (um) posto de trabalho.
- 22.3.3. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 03 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 - SEGES/MP.
- 22.3.4. A empresa deverá apresentar autorização de funcionamento para desenvolver atividades de segurança privada, emitida pelo Departamento de Polícia Federal.
- 22.3.5. Apresentar documento válido de revisão de autorização de funcionamento para desenvolver atividades de segurança privada, emitida pelo Departamento de Polícia Federal.
- 22.3.6. Deverá ser apresentada declaração de que possui ou instalará escritório no município de São Paulo/SP (ou em sua região metropolitana) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da vigência o contrato.
- 22.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ R\$ 83.423,87(Oitenta e Três Mil, Quatrocentos e Vinte e Três Reais e Oitenta e Sete Centavos).
- 22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 23.1. O custo estimado mensal da contratação é de R\$ 6.951,99 (Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Um Reais e Noventa e Nove Centavos).

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte: XXXXXXXX

Programa de Trabalho: XXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXX-XX

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome: Célio de Souza Maciel	Nome: César Augusto Camelo Ferreira
Siape: 77772	Siape: 1675851
Agente Administrativo - COAFI-SP	Analista Administrativo - COAFI-SP
Nome: Luis Roberto Frota	Nome: Thiago Reis Victorino
Siape: 1748668	Siape: 2338476
CAS II - COAFI-SP	Administrador I - COAFI-SP

APROVAÇÃO UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO

Nome: Regina Lamongi Dieckmann
Siape:
Coordenadora de Administração e Finanças - COAFI SP

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Documento SEI (4005845)

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. Durante a vigência do contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato.
2. O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.
3. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará A **Planilha de Controle dos Serviços Executados** dos serviços, conforme modelos constantes deste anexo.
4. O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto da CONTRATADA em até 10 (dez) dias, contados da entrega do Relatório de Acompanhamento de Atividades ao fiscal administrativo/gestor, para que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.
5. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

INDICADOR	
Nº 1	Execução operacional do contrato
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a disponibilidade dos serviços de segurança patrimonial e pessoal nas dependências da ANTT/URSP, por todo o período demandado.
Meta a cumprir	100%
Instrumento de medição	Relatório Mensal de Execução emitido pelo servidor lotado no local de prestação dos serviços em conformidade com a Planilha de Controle dos Serviços Executados abaixo.
Forma de acompanhamento	Por meio da fiscalização do contrato e dos servidores lotados no local de prestação dos serviços
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O numero de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta(%) ou a glosa pelo não cumprimento.
Início de Vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	(X) serviço regular do posto + (Y) horas de trabalho extraordinárias demandadas = (Z) Faturamento de 100% dos serviços demandados no mês; SE (X) + (Y) < 100%(Z), então faturamento será de acordo com o levantamento de horas prestadas.
Sanções	Previstas no subitem 20.4. do Termo de Referência

INDICADOR	
Nº 2	Qualidade do Serviço
Item	Descrição
Finalidade	Garantir os serviços prestados estejam dentro das especificações e qualidades exigidas neste Termo de Referência.
Meta a cumprir	100% (Sem ocorrências)
Instrumento de medição	Relatório Mensal de Execução emitido pelo servidor lotado no local de prestação dos serviços em conformidade com a Planilha de Controle dos Serviços Executados abaixo.
Forma de acompanhamento	Por meio da fiscalização do contrato e dos servidores lotados no local de prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O numero de ocorrências no mês refletirá o percentual de não cumprimento da

	meta.
Início de Vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Soma das ocorrências no mês = X , Faixa de Pagamento 01 => então Se 1>X<2 é igual a glosa de 0,5% do valor a ser faturado; Faixa de Pagamento 02 => então Se 2<X<5 é igual a glosa de 1,0% do valor a ser faturado; Faixa de Pagamento 03 => então Se X>5 é igual a glosa de 1,5% do valor a ser faturado;
Sanções	A aplicação da faixa de ajuste no pagamento não implica na aplicação das sanções administrativas previstas no subitem 20.4. do Termo de Referência

LISTAGEM DE NÃO CONFORMIDADES PARA A FORMAÇÃO DO INDICADOR 02		
item	descrição	grau
1	Assumir o posto de trabalho alcoolizado	2
2	Apresentar-se ao serviço sem uniforme ou uniforme incompleto	1
3	Ausentar-se do posto de trabalho sem anuência prévia da fiscalização	2

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo	
Licitação	

Dia            às:            horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade a contratar
VIGILÂNCIA DESARMADA - 44(Quarenta e Quatro) horas diurnas semanais de segunda à sexta-feira, com intervalo para almoço e descanso de 01h12.	Posto de Trabalho	01

MÓDULO I - DESPESAS FIXAS

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário base		R\$ -
B	Adicional de periculosidade		R\$ -
C	Adicional de insalubridade		R\$ -
D	Adicional noturno		R\$ -
E	Hora noturna adicional		R\$ -
F	Adicional de hora extra		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -
Total da Remuneração			R\$ -
2	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		R\$ -
B	Auxílio refeição/ alimentação		R\$ -
C	Assistencia médica e familiar		R\$ -
D	Cesta Básica		R\$ -
E	Seguro de Vida		R\$ -
F	Auxílio Funeral		R\$ -
G	Reciclagem		R\$ -
H	Outros		R\$ -
Total de Benefícios mensais e diários			R\$ -
3	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		R\$ -
B	Materiais		R\$ -
C	Equipamentos		R\$ -
D	Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos diversos			R\$ -
4	Encargos sociais e trabalhistas		
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e outras Contribuições		Valor (R\$)
A	INSS	20,0%	R\$ -
B	SESI ou SESC	1,5%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC	1,0%	R\$ -

D	INCRA	0,2%	R\$	-
E	Salário Educação	2,5%	R\$	-
F	FGTS	8,0%	R\$	-
G	Seguro acidente do trabalho	4,0%	R\$	-
H	SEBRAE	0,6%	R\$	-
TOTAL		37,76%	R\$	-
4.2	13° (décimo terceiro) Salário		Valor (R\$)	
A	13 ° Salário		R\$	-
Subtotal			R\$	-
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13° salário		R\$	-
TOTAL			R\$	-
4.3	Afastamento Maternidade		Valor (R\$)	
A	Afastamento maternidade		R\$	-
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		R\$	-
TOTAL			R\$	-
4.4	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado		R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		R\$	-
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado		R\$	-
D	Aviso prévio trabalhado <sup>(1)</sup>		R\$	-
E	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado		R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		R\$	-
TOTAL			R\$	-
(1) De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;				
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)	
A	Férias e terço constitucional de férias		R\$	-
B	Ausência por doença		R\$	-
C	Licença paternidade		R\$	-
D	Ausências legais		R\$	-
E	Ausência por Acidente de trabalho		R\$	-
F	Outros (especificar)			
Subtotal			R\$	-
G	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente		R\$	-
TOTAL			R\$	-
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)	
4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		R\$	-
4.2	13° (décimo-terceiro) salário		R\$	-
4.3	Afastamento maternidade		R\$	-
4.4	Custo de rescisão		R\$	-
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		R\$	-
4.6	Outros (especificar)			
TOTAL			R\$	-
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$	-
B	Tributos			
	B1 Tributos Federais (especificar)	3,65%	R\$	-
	B2 Tributos Estaduais (especificar)			
	B3 Tributos Municipais (especificar)	2,00%	R\$	-
	B4 Outros tributos (especificar)			
C	Lucro	7,00%	R\$	-
TOTAL			R\$	-
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)	
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		R\$	-
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários		R\$	-
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)		R\$	-
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D)			R\$	-
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$	-
VALOR FIXO POR EMPREGADO			R\$	-


MÓDULO II - DESPESAS EVENTUAIS (HORAS EXTRAS)

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - HORAS EXTRAS 60%			
I	Composição da remuneração		Valor (R\$)
A	Salário/hora		R\$ -
B	Adicional Hora Extra	60%	R\$ -
C	Descanso Semanal Remunerado - DSR		R\$ -
Subtotal (A + B + C)			R\$ -
MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
2.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
D	INCRA	0,20%	R\$ -
E	Salário Educação	2,50%	R\$ -
F	FGTS	8,00%	R\$ -
G	Seguro acidente do trabalho	3,96%	R\$ -
H	SEBRAE	0,60%	R\$ -
2.1	TOTAL - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		R\$ -
2.2	13º (décimo terceiro) salário e Férias		Valor (R\$)
A	13 º Salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e terço constitucional de Férias	11,11%	R\$ -
Subtotal			
C	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.1 sobre 13º Salário e Férias	37,76%	R\$ -
2.2	TOTAL – 13º SALÁRIOS E FÉRIAS		R\$ -
2.3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		R\$ -
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado		R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado		R\$ -
E	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.1 sobre o aviso prévio trabalhado		R\$ -
F	Multa sobre o FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado		R\$ -
2.3	TOTAL - PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ -
QUADRO - RESUMO – MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
2	Módulo 2 - Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
2.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições		R\$ -
2.2	13º (décimo terceiro) salário e Férias		R\$ -
2.3	Custo de rescisão		R\$ -
2	Total – Módulo 2		R\$ -
3	Custos Indiretos e Lucro		Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ -
B	Lucro	7,00%	R\$ -
3	Total – Custos indiretos e lucro		R\$ -
4	Tributos		Valor (R\$)
A	PIS	0,65%	R\$ -
B	COFINS	3,00%	R\$ -
C	ISS	2,00%	R\$ -
4	Total - Tributos		R\$ -
	VALOR TOTAL PARA 01 (UMA) HORA		R\$ -


MÓDULO III - PLANILHA DE PREÇOS CONSOLIDADA

PLANILHA DE PREÇOS CONSOLIDADA						
I - DESPESAS FIXAS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL TOTAL
			[A]	(R\$)	(R\$)	(R\$)
				[B]	[C] = [A] X [B]	[D] = [C] X 12
I	1	VIGILÂNCIA DESARMADA - 44(Quarenta e Quatro) horas diurnas semanais de segunda à sexta-feira, com intervalo para almoço e descanso de 01h12.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL DAS DESPESAS FIXAS ( I )					R\$ -	R\$ -
II - DESPESAS EVENTUAIS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD HORAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
			(mensal)	(R\$)	(R\$)	(R\$)


			[A]	[B]	[C] = [A] X [B]	[D] = [C] X 12
I	1	Horas Extras – Segunda a Sexta (para 01 Vigilante) – Sede da URSP	44	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2	Horas Extras – Sábado (para 01 Vigilante) – Sede da URSP	4	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS ( II )					R\$ -	R\$ -
VALOR REGULAR DOS SERVIÇOS + DESPESAS EVENTUAIS ( I + II )					R\$ -	R\$ -
VALOR MENSAL DA PROPOSTA					R\$ -	
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (12 MESES)					R\$ -	




Documento assinado eletronicamente por **THIAGO REIS VICTORINO, Gestor**, em 06/11/2020, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **CELIO DE SOUZA MACIEL, AGENTE ADMINISTRATIVO**, em 06/11/2020, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO FROTA, CAS II**, em 06/11/2020, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINA LAMONGI DIECKMANN, Coordenador(a)**, em 06/11/2020, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4436081** e o código CRC **91A09565**.

# Estudo Técnico Preliminar 1/2020

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50515.051114/2020-48

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de serviços de vigilância desarmada a serem executados de forma contínua, com mão de obra dedicada, para atendimento à demanda da Unidade Regional de São Paulo – URSP/ANTT, na cidade de São Paulo/SP, bem como o fornecimento das informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação a ser realizada por meio da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a Instrução Normativa SEGES/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2. Adicionalmente, para determinarmos a necessidade de uma nova contratação, destacamos a impossibilidade de prorrogação do contrato vigente, sendo este de nº 030/2015, com o fornecedor ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, com a respectiva vigência no período de 10/12/2015 a 10/12/2020, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância desarmada para a URSP, conforme exposto, não apresentando a possibilidade de prorrogação por decurso de prazo contratual, sobretudo, em virtude da limitação estabelecida através do inciso II do art. 57 da Lei Federal 8.666/1993 que versa sobre a vigência máxima dos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60(sessenta) meses, sendo necessária a abertura de nova licitação para a continuidade dos serviços.

2.3. Face a exposição dos motivos elencados nos itens 2.1. ao 2.2., concluiu-se que a contratação pretendida se configura de fundamental importância, estando presente o interesse público e a conveniência.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ANTT/COAFISP/URSP	Regina Lamongi Dieckmann

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os serviços a serem contratados deverão ser prestados por empresa especializada na área de segurança patrimonial, e deverão ser prestados de forma contínua, no regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra.

4.2. A futura contratação atenderá ao fornecimento da mão de obra, a serem preenchidos por profissionais do CBO nº 5173-30, (vigilante), devendo possuir formação e experiência compatível, de forma contínua, havendo a necessidade de dedicação exclusiva de mão-de-obra. A CONTRATADA receberá pagamento mensal, considerando para fins de apuração do serviço prestado, a sua execução em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira, no horário de 07:30 às 17:30, com intervalo para almoço e descanso de 01h12. Em virtude da redução dos postos de trabalho, os serviços de vigilância serão prestados durante o horário regular acrescidos das horas extras trabalhadas, estimando-se a quantidade de até 02h00 extras por dia, observando os limites legais estabelecidos na lei trabalhista, e obrigações por força de convenção coletiva de trabalho da categoria(CCT).

4.3. Por necessidade eventual e escala definida pela CONTRATANTE, poderão ser demandados os serviços de vigilância desarmada aos sábados (no regime de 08h00 diárias), que serão compensados através do pagamento de horas extras na nota fiscal, limitado ao pagamento de até 48h00 extras anuais.

4.4. A qualificação mínima exigida para o posto de vigilante será a idade mínima de 21 anos, certificado/diploma de conclusão do ensino fundamental, fornecido por estabelecimento regular de ensino, devidamente reconhecido pelo MEC, experiência mínima de 06(seis) meses em serviços semelhantes, curso de formação de vigilante em estabelecimento autorizado; certidões negativas de antecedentes criminais, e por fim, estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

4.5. A CONTRATADA em função da necessidade de comprovação quanto à autorização de estabelecimento para a prestação dos serviços de vigilância patrimonial, deverá observar autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da lei nº 7.102/83, atendimento aos requisitos previstos na Portaria nº 3.233/12-DG/DPF, bem como estar registrada no sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP –, disponíveis no portal da Polícia Federal.

4.6. Os diretores e os demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 12 da lei nº 7.102/83), bem como o capital integralizado da empresa de vigilância não poderá ser inferior a cem mil Ufirs, em conformidade com o art. 13 da lei nº 7.102/83.

4.7. O futuro prestador de serviços deverá garantir o fornecimento de uniformes, cursos de reciclagem e demais itens necessários à capacitação profissional e execução das tarefas.

4.8. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Conforme apontado no art. 20, §4º da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, o estudo poderá ser simplificado, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Partindo dessa premissa, a contratação deverá ser orientada por esse dispositivo, devendo a metodologia da contratação, as especificações do objeto, orientações para elaboração do Termo de Referência, e demais procedimentos ocorrer em conformidade com o Caderno de Logística, não sendo necessário a identificação da solução.

5.2. Com relação a natureza do serviço e das suas características, cabe destacar que o objeto é de natureza continuada, pela sua essencialidade e visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, garantindo a integridade do patrimônio público e o funcionamento da unidade.

5.3. Em oportuno, consideramos que o mercado fornecedor de serviços de vigilância patrimonial é bem consolidado na região da Grande São Paulo, com a verificação através de uma simples pesquisa no sitio governamental "Painel de Preços", que na região supracitada existe uma ampla gama de fornecedores cadastrados e habilitados para a participação no futuro certame, demonstrando que o mercado fornecedor analisado afasta qualquer possível restrição de competitividade e vantajosidade nas propostas a serem encaminhadas para análise da administração.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A contratação objeto do presente estudo técnico preliminar – ETP refere-se a prestação dos serviços de vigilância desarmada que serão prestados na Sede da Unidade Regional de São Paulo, no seguinte endereço: Av. Paulista, 37 – Ed. Parque Cultural Paulista – conjuntos 82 e 92 - São Paulo - SP.

6.2. O objetivo é a manutenção de um ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades e zelar pela segurança patrimonial, de modo que seja inviabilizado extravios, roubos e furtos.

6.3. A contratação se fará por meio de alocação de postos de trabalho, a serem executados da seguinte forma:

- Vigilância Desarmada - 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 07:30 às 17:30, com intervalo para o almoço e descanso de 01h12;
- Serem preenchidos por profissionais do CBO nº 5173-30 (vigilante), devendo possuir formação e experiência compatível;

6.4. Em virtude da redução dos postos de trabalho, os serviços de vigilância serão prestados durante o horário regular acrescidos de horas extras, estimando-se a quantidade de até 02h00 extras por dia ou 44h00 extras mensais, observando os limites legais estabelecidos na lei trabalhista, e daqueles impostos por força de convenção coletiva de trabalho da categoria (CCT).

6.5. Bimestralmente, por necessidade eventual e escala definida pela CONTRATANTE, poderão ser demandados os serviços de vigilância desarmada aos sábados (no regime de 08h00 diárias), que serão compensados através do pagamento de horas extras na nota fiscal, limitado ao pagamento de até 48h00 extras anuais.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A contratação dos serviços de vigilância desarmada, de forma a atender as necessidades desta Unidade Regional de São Paulo - URSP, serão prestados conforme explicitado nas quantidades e modalidade dispostas na tabela abaixo:

Profissional	Quantidade	Modalidade de Prestação de Serviços	Local de Prestação dos Serviços
Vigilante	1	44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda à sexta-feira, com intervalo para almoço e descanso de 1h12.	Escritório Sede da URSP: Av. Paulista, nº 37, conjunto 82 e 92 – Condomínio Edifício - Parque Cultural Paulista – Vila Mariana – São Paulo/SP.

7.2. Eventualmente, e dependendo da necessidade desta URSP, os serviços de vigilância desarmada poderão ser prestados aos sábados ou fora do horário do expediente, sendo que a respectiva compensação ocorrerá por meio de pagamento de horas extras, em conformidade com os limites legais estabelecidos na lei trabalhista, e daqueles impostos por força de convenção coletiva de trabalho da categoria(CCT).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Consideramos como estimativa do valor da contratação dos serviços de vigilância desarmada, o valor mensal de R\$ 6.951,99 (Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Um Reais e Noventa e Nove Centavos), totalizando o montante anual de R\$ 83.423,87 (Oitenta e Três Mil, Quatrocentos e Vinte e Três Reais e Oitenta e Sete Centavos), conforme explicitado na tabela abaixo:

OBJETO	QTDE POSTOS	DESPESAS FIXAS	DESPESAS EVENTUAIS	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância diurna desarmada, a serem executados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, em atendimento à demanda da Agência Nacional de Transportes Terrestres - Unidade Regional de São Paulo – URSP/ANTT, na cidade de São Paulo/SP.	01	R\$ 5.401,71	R\$ 1.550,28	R\$ 6.951,99	R\$ 83.423,87

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não é possível o parcelamento da contratação, pois trata-se de uma solução unificada de segurança privada, cujo objeto é indivisível em virtude da natureza do serviço a ser contratado e sua localização.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica a necessidade da atual contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Essa Demanda está prevista no Anexo I da Deliberação nº 1.089, de 19 de Dezembro de 2019, que aprova a 3ª (Terceira) Revisão do Planejamento Anual de Contratações - PAC 2020, e os valores previstos para essa contratação encontram-se conforme tabela abaixo:

Prioridade	Necessidade	Descrição	VALOR ESTIMADO GLOBAL
5	Prestação de serviços de vigilância desarmada para a URSP.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância diurna desarmada, a serem executados de forma contínua, com mão de obra dedicada, para atendimento da demanda na Unidade Regional de São Paulo – URSP/ANTT, na cidade de São Paulo/SP.	R\$ 118.985,86

## 12. Resultados Pretendidos

12.1. Como benefícios diretos destacamos o controle de acesso nas dependências da Unidade Regional de São Paulo, bem como na preservação do patrimônio público, não permitindo a depredação, a violação ou apropriação indevida de qualquer documento, registro ou recurso técnico administrativo sob a nossa guarda e ou jurisdição do escritório SEDE.

12.3. De forma adicional, consideramos que os serviços de vigilância desarmada são de suma importância para o resguardo ao tratamento adequado das informações sensíveis e sigilosas tratadas no âmbito desta unidade, na proteção dos cidadãos, das empresas, e das ações conjuntas com outros órgãos governamentais (inclusive de outras esferas administrativas), que por muitas vezes tornam a contratação desse tipo de serviço como imprescindível para a garantia da integridade física dos servidores e colaboradores alocados em nossas dependências, bem como dos visitantes desta Unidade Regional de São Paulo – URSP.

12.4. De forma indireta, avaliamos que a contratação proposta otimiza os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis ao buscar junto à iniciativa privada uma solução de vigilância patrimonial, que não é mais provida por intermédio de concurso público no âmbito da Administração Pública Federal.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências serão adotadas na fase de homologação do resultado do certame e da implantação do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Para a prestação dos serviços de vigilância desarmada em nossa unidade, a CONTRATADA, além de prestar os serviços em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746 /2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, deverá:

I - Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

II - Utilizar equipamento e materiais de intercomunicação (como rádio, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;

III - Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 e nº 424/2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

IV - Observar a Resolução CONAMA nº 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;

V - Utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

VI - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

VII - Colaborar com as medidas de redução de consumo racional de água, cujos encarregados ou prepostos devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada, esperadas com essas medidas;

VIII - Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiências energética e redução de consumo;

IX - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela Contratante.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A presente contratação é destinada à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância diurna desarmada, a serem executados de forma contínua, com mãos de obra dedicada, para atender a demanda da Unidade Regional de São Paulo – URSP/ANTT, na cidade de São Paulo/SP, de forma eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

15.1.2. Considerando que o objeto desta contratação (serviços de vigilância desarmada) está compreendido entre as atividades que devem ser preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, consoante Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018.

15.1.3. Considerando a impossibilidade de prorrogação do contrato vigente de nº 030/2015 – vide explicação do item 2.7. do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

15.1.4. Considerando que a referida contratação está prevista no no Anexo I da Deliberação nº 1.089, de 19 de Dezembro de 2019, que aprova a 3ª(Terceira) Revisão do Planejamento Anual de Contratações - PAC 2020, e que os valores estimados encontram-se dentro da previsão orçamentária.

15.1.5. Diante das considerações estabelecidas nos itens 15.1 a 15.4., bem como nas explicações adicionais deste Estudo Técnico Preliminar, e sobretudo, em consonância com o estabelecido no inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, **esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.**

## 16. Responsáveis

CÉLIO DE SOUZA MACIEL

Agente Administrativo

CESAR AUGUSTO CAMELO FERREIRA

ANALISTA ADMINISTRATIVO

LUIZ ROBERTO FROTA

CAS II

THIAGO REIS VICTORINO

Administrador I